

## **A HORA DA ESTRELA: A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA, UMA QUESTÃO DE GÊNERO?**

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN*

*“Transgredir, porém, os meus próprios limites me fascinou de repente. E foi quando pensei em escrever sobre a realidade, já que essa me ultrapassa. Qualquer que seja o que quer dizer ‘realidade’”(A Hora da Estrela, Clarice Lispector, p. 17)<sup>1</sup>*

A relação entre a história e a literatura é um dos temas mais recorrentemente debatidos, nos últimos anos, pelos historiadores. Desde que o estruturalismo e a chamada virada lingüística colocaram a linguagem e a narrativa no centro das discussões, no campo das ciências sociais, que os historiadores vêm se debatendo com o fato de que escrevem, de que utilizam a linguagem, de que narram e de que a narrativa é a forma através da qual constroem a própria noção de temporalidade e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos. Desde o livro pioneiro de Paul Ricouer<sup>2</sup>, que analisava a importância da narrativa para a construção da noção de tempo, para concretizar a própria temporalidade, que os historiadores se voltaram para pensar o estatuto de seu próprio saber, os limites e fronteiras que deveria ter seu discurso. Debates acalorados em torno do chamado “retorno da narrativa” trouxeram à baila as diferentes concepções que separavam a própria percepção que os historiadores tinham de seu ofício. A partir dos anos sessenta do século passado, vão ser publicados uma grande quantidade de textos e livros cuja temática passa a ser a escrita da história, suas regras, suas particularidades e, notadamente, sua diferença em relação ao texto literário. Autores como Michel de Certeau e Hayden White<sup>3</sup> estarão no centro de uma polêmica que envolve aqueles que defendem, em nome do realismo e do verismo, que deveriam presidir o texto do historiador, sua total separação da literatura<sup>4</sup>. Aos historiadores caberia a abordagem dos fatos e só aos escritores seria permitida a ficção, entendida como invenção dos eventos que narra. A

história teria como compromisso a procura da verdade, a literatura poderia ser fruto da pura imaginação.

Em grande parte deste debate a denegação da literatura. Porque será que os historiadores temem tanto a literatura? Porque esta obsessão por defender nosso ofício da invasão literária? Porque precisamos fazer da literatura este outro, este estrangeiro, este invasor que nos ameaça? Sempre nos defendemos dizendo que o nosso lado é o da realidade e o da verdade. Não existirá da parte dos historiadores, uma compreensão pobre e descarnada da realidade e da verdade, que a literatura vem problematizar, vem por em perigo?. Não será a precariedade do que conseguem produzir como sendo a vida humana, não será a falta de profundidade psicológica dos personagens que conseguem imaginar, que a literatura vem explicitar? Tentaremos, neste texto, abordar a relação entre a história e a literatura sem adotarmos esta posição defensiva, sem procurar pensar contra a literatura ou apesar dela, mas com a literatura. Porque os historiadores, que têm nas últimas décadas se aproximado do discurso de outras disciplinas, continuam reticentes em relação a pensar o próprio ofício a partir de um encontro com textos literários? A literatura tem sido usada, pelos historiadores, no máximo como documento, tomando uma série de cuidados metodológicos, no sentido de que esta se torne uma fonte objetiva e fidedigna. A literatura não tem sido boa para pensar a história, para teorizá-la, como tem sido a filosofia ou as ciências sociais. Meu objetivo, neste texto, não será separar a história da literatura, não será encontrar seus limites e fronteiras, mas articulá-las, pensar uma com a outra.

O que separaria história da literatura seria o compromisso que a primeira teria em dizer o real, em ficar presa ao que realmente se passou, ao que realmente existiu. Mas o que é o real? A princípio, ele é uma palavra, ele é um conceito, com distintas definições, embora remeta para algo da ordem do empírico, para algo da ordem do sensível, do que está para além das palavras, do que se passa, inclusive, independente da vontade

humana, seria feito de fatos que se impõem como pedra dura, algo do qual não se pode fugir, irremediável, palavras ditas pelo mundo. Para Lacan<sup>5</sup>, o real é o que não é passível de simbolização, é o que escapa da rede protetora que os sujeitos tecem com símbolos em sua relação com o mundo. O real - longe de ser o mais concreto, o mais passível de ser conhecido e apreendido; longe de ser algo que possui uma verdade que poderia ser conhecida - seria o que escapa a compreensão. O real seria a vida pura, a vida crua, seria o informe; seria o que sempre aparece construído precariamente; seria o doloroso caos em que podemos nos atolar e nos perder; seria a desterritorialização absoluta, o coração selvagem da existência.<sup>6</sup>

A teoria lacaniana concebe três registros fundamentais no psiquismo: o Imaginário, o Simbólico e o Real. O primeiro se estrutura a partir das imagens apreendidas na relação com o outro. Refere-se ao campo das fantasias e, sobretudo, das identificações, que dão contorno ao sujeito; o segundo consiste no conjunto dos significantes que situam o ser falante na linguagem. O imaginário e o simbólico constituem uma rede de proteção subjetiva que os homens constituem para relacionarem-se com o real, com a vida em seu caráter intensivo<sup>7</sup>. Gilles Deleuze e Félix Guattari<sup>8</sup> irão se referir ao que chamam de três movimentos do desejo: um através das linhas de fuga ou de desterritorialização, que remeteria ao real lacaniano, composta de matérias não formadas, fluxos intensivos de forças e matérias de expressão, caos proliferante e regido por leis próprias; ou através das linhas de simulação ou de territorialização, aquela que corresponderia ao simbólico lacaniano, aquela que faz a passagem do informe ao formado, do fluxo ao coagulado, do intensivo ao extensivo, do caos à ordem parcial, regional, no uso das matérias e formas de expressão; e das linhas de territorialização ou de reterritorialização, onde as formas se estabilizam, se cristalizam, lutam contra as forças internas que as habitam e que as lançam para fora de si mesmas, para o devir, para a desterritorialização, onde se constroem ordens barrocas, endurecidas, com desejo de estabilidade e eternidade.

Tanto o discurso historiográfico quanto o literário fazem parte daquilo que Lacan chamou de simbólico e Deleuze e Guattari chamaram de linha de simulação, ou seja, aquela instância que afronta o real e procura dar-lhe forma, consistência, dotando-o de certa ordem, certa estabilidade, certa regularidade, dotando-o de significados. No entanto, o discurso historiográfico vem se situando, desde sua emergência, na terceira linha, ou seja, naquilo que os dois filósofos franceses chamaram de linha de reterritorialização. A história como discurso tem tido receio de encarar a realidade tal como ela é, caótica, turbilhonante, proliferante, para se situar na descrição, inicialmente, e depois, na análise de territórios já cristalizados, já formados, de ordem já estabelecidas, desconfiando de tudo aquilo que não vê, tendo medo de se situar neste lugar em que, segundo Foucault<sup>9</sup>, apenas as artes e a literatura vieram se situar, na modernidade, este lugar de encontro direto com a desrazão, com o informe, com o ainda não objetivado, o ainda não subjetivado, o ainda não humano, o inumano, por isso o ainda não submetido, o indomado, o ainda não dobrado pelo poder, as forças do fora.

A história vai emergir como discurso no período clássico da sociedade grega antiga, no momento em que, em nome de fundar uma ordem racional para a cidade, poetas e sofistas estão sendo postos em suspeita. Este saber prosaico vai reduzir, de saída, a realidade àquilo que se vê ou àquilo que se diz por que se viu, àquilo do qual se dá testemunho. A história nasce, assim, já desconfiando dos outros sentidos que não o olhar, estabelecendo esta ligação central no pensamento ocidental, entre a verdade e a visão. A luta da história contra o mito, contra a lenda, vai desbastando a realidade de uma boa parte de seus elementos, tornando-a seca e dura, vai objetivando-a, livrando-a dos fantasmas que povoavam o pensamento trágico, que remetiam à voragem de nosso desejo, às solicitações amorais de nosso corpo, que remetiam para o retorno à natureza, ao nosso devir-animal a nos espreitar como este começo, esta origem, da qual estamos sempre nos interrogando e da qual buscamos nos afastar<sup>10</sup>.

No ocidente, o máximo recuo permitido pela história é se descobrir grego, única maneira de não se escandalizar, de não descobrir no princípio o bárbaro, o perigoso que podemos ser. O racionalismo clássico para fugir do medo de nós mesmos. A Grécia, este dedo acusador que não cessa de apontar para nós e nos dizer que fora da razão não há saída. Gesto a nos alertar que a poesia, que o pensamento trágico, são perigosos e de que deles devemos nos livrar, no máximo dando a eles um lugar institucionalizado, a literatura, onde fiquem arrinconados e sitiados, assim como esta sociedade de homens também arrinconaram e sitiaram as mulheres em suas casas, para que seu perigo não viesse habitar o espaço público.<sup>11</sup> Grécia das cidades, da sociedade urbana, de cidades que garantiam a distância da selvageria da natureza, do bicho que ameaçava de devoração e despedaçamento cada homem que atravessasse as fronteiras da urbes<sup>12</sup>, fantasias vividas e aplacadas através do trágico e que agora eram fadadas ao esquecimento, à negação através da fria mirada da racionalização.

A história seria esta narrativa do fazer-se homem, de nosso processo de civilização e, portanto, de nossa saída da barbárie, de nosso domínio progressivo sobre as forças sem domínio que habitam nosso corpo. A história seria esta narrativa solar, que desconfia das sombras, que busca esclarecer e aclarar, que busca tornar visíveis os seres que ontem não passavam de sombras na caverna. A história, filha bastarda da filosofia, nasce como cúmplice deste pensamento que recusa o sombrio, o negro, os abismos, que também fazem parte da realidade, que é o real dos homens, da vida, realidade que a literatura continua a procura de figurar. Por isso, como queria Nietzsche<sup>13</sup> que fosse o discurso filosófico, a literatura seria o discurso das auroras, pois busca perceber como as coisas se movem a caminho de suas próprias formas utilizando as menores sombras e os menores feixes de luz<sup>14</sup>, aurora onde luz e sombra se mesclam, onde todas as formas se confundem, onde nada ainda é nítido, onde nada cega por sua claridade, nem por sua obscuridade, mas onde as formas apenas se insinuam, atraem por

sua mescla de desvelamento e velamento, pelo indescidível que significam, onde as formas prometem muitos futuros, inúmeros devires. Enquanto a literatura enfatizaria a visibilidade, o discurso historiográfico enfatizaria a dizibilidade.<sup>15</sup> Daí porque a história seria um discurso com dificuldade de perceber que as vezes a luz em vez de revelar as coisas as oculta<sup>16</sup>, já que não deixa ver a sua dimensão sombria.

No século XVIII, com o Iluminismo, a história, quando transformada em ciência, terá reafirmada este seu pacto com a luz, com a realidade, vista como o formalizado, como aquilo que está fora dos homens e que o transcende. Ela buscará o sentido para a vida humana não mais no sagrado, no mistério e no segredo, mas no profano, no costume, na recorrência de fatos e ações movidas por uma dada racionalidade, a ser apreendida. A partir daí será a literatura, o romance, que surgirá como o texto que ainda poderá tocar nesta parte negada e proibida da realidade, tão negada que precisará disfarçar-se de ficção para falar. Parte da realidade tão real, que continua doendo, que não cessa de produzir sensações de afogamento e de náusea. Mas a história nada tem a falar sobre isto.<sup>17</sup>

Sua crescente formalização científica a levará cada vez para mais longe da vida e dos homens, das veias que pulsam e do sangue grosso que nelas fervilha, para tornar-se a narrativa de eventos sem sangue, anti-sépticos, mesmo quando narra suas guerras e revoluções. Eventos que passaram a ter como personagens os próprios conceitos, abstratos e racionais, que inventa. Uma história que só fala de morte e de mortos para conjurá-los, para não encarar o terror que a finitude e o caráter temporal de nossa existência em todos infunde. A história, discurso de evasão de nossa condição de mortais, como dirá José Carlos Reis<sup>18</sup>, de nossa condição de seres, muitas vezes, destrutivos e cruéis, às vezes sádicos e às vezes masoquistas. Quando, a partir dos anos sessenta, se reivindica a volta dos homens para a narrativa histórica, quando se reclama que se tenha gente e agentes como sujeitos de seus acontecimentos, estes ainda retornam mutilados,

apartados de seus corpos e seus desejos, do devir-outro que nos espreita em cada esquina.

A história é um discurso que opera com a identidade, com o que já tem nome, com o conhecido, repetindo, como dirá Foucault<sup>19</sup>, o ritual interminável do reconhecimento do próprio rosto, encontrando o mesmo onde há o estranho, encontrando a unidade onde está a dispersão, o território onde há desterritorialização. A história já nasce ligada às grandes máquinas de territorialização e sedentarização dos homens e de todas as coisas que são o Estado e a escrita. A literatura ameaça a história à medida que nela ainda vem se alojar o estranhamento como nossa condição de existência, tanto coletiva, como individual. Na literatura os acontecimentos ainda não chegam racionalizados, podem vir como impressões e digressões, como expressão de sentimentos e sensações, eles ainda não perderam o perigoso índice de contaminação. A história assumiu como tarefa a criação de identidades, de comunidades imaginadas que teriam, entre outras finalidades, a de aplacar a solidão do indivíduo burguês, modelo de subjetividade que a literatura ajudou a construir e que, ao mesmo tempo, não cessa de dispersar e derruir. A literatura é que pode falar deste mundo informe das sensações, mundo que está próximo do inumano. A história apenas se debruça sobre aquilo que nos faz ser cada vez mais humanos.

Talvez a diferença entre a história e a literatura seja mesmo uma questão de gênero. Não apenas de gênero discursivo, pois pertencem a ordens diversas do discurso, seguem regras e normas diferenciadas; mas de gênero no sentido de que o discurso historiográfico pertenceria ao que na cultura ocidental moderna se define como sendo o masculino, enquanto a literatura estaria colocada ao lado do que se define como sendo o feminino. A história seria discurso que fala em nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista. A literatura estaria mais identificada com as paixões, com a sensibilidade, com a dimensão poética e subjetiva da existência, com a prevalência do

intuitivo, do epifânico. Só com a literatura ainda se pode chorar. A história masculinamente escavaria os mistérios do mundo exterior, iria para a rua ver o que se passa, a literatura, ficaria em casa, prescrutando a vida íntima, o mundo interior, femininamente preocupando-se com a alma, um mundo informe que está próximo do inumano.

A história seria como os homens da literatura de Clarisse Lispector, que possuindo uma idéia e tendo dificuldade de pensá-la a expunha, a tornava imediatamente gesto, mecanismo, como quem joga caroços,<sup>20</sup> enquanto a literatura teria parentesco com as mulheres de claricianas, espirituosas, fazendo as idéias se reproduzirem em profusão.<sup>21</sup> Os homens, como a história, tenderiam a acreditar que a realidade é aquilo que vêem e se quedam pacificados a contemplar o mundo que construíram. Tudo o que perturba é afastado, dando origem a um mundo de superfícies nítidas.<sup>22</sup> As mulheres, como a literatura, intuem que a realidade está sempre mais além ou aquém do que vêem e a buscam incessantemente, buscam um mundo que ainda estaria por construir, pois só vêem ruínas onde os homens enxergam construção.<sup>23</sup> A história, como o masculino, como o seu poder, como o tempo, seria o que permanece, a literatura, como o feminino, seria o que se substitui permanentemente, buscando habitar, ser nas brechas, nas fendas desta dominação secular, frinchas por onde o vento entra e a revolta pode se expressar, a raiva e o grito podem se manifestar.<sup>24</sup> A literatura, como a mulher, teria a coragem de se perder, de errar, de se afirmar na queda, de ser como decaída.<sup>25</sup> O realismo da história seria masculino, pois os homens são a realidade, é isso contra o qual se esbate a literatura, o feminino inconformado com essa realidade que o alija, a procura de um outro mundo que só a mulher poderia compreender.<sup>26</sup> História e literatura, masculino e feminino, ainda inimigos, mesmo no amor.

- 
- <sup>1</sup> LISPECTOR, Clarice, *A Hora da Estrela*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
- <sup>2</sup> RICOUER, Paul, *Tempo e Narrativa*, 3 tomos, Campinas, Papirus, 1997.
- <sup>3</sup> CERTEAU, Michel de, *A Escrita da História*, 2 ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002; WHITE, Hayden, *Meta-História*, São Paulo, EDUSP, 1992 e *Trópicos do Discurso*, São Paulo, EDUSP, 1994
- <sup>4</sup> Ver, por exemplo, GINZBURG, Carlo, *Relações de Força*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002; RANCIÈRE, Jacques, *Os Nomes da História*, São Paulo, EDUC\Pontes, 1994.
- <sup>5</sup> VALLEJO, Américo e MAGALHÃES, Lígia, *Lacan – Operadores de Leitura*, 2 ed., São Paulo, Perspectiva, 1991, p. 116.
- <sup>6</sup> Referência a LISPECTOR, Clarice, *Perto do Coração Selvagem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
- <sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 116.
- <sup>8</sup> ROLNIK, Suely, *Cartografia Sentimental*, São Paulo, Estação Liberdade, 1989; DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, *O Anti-Édipo*, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- <sup>9</sup> MACHADO, Roberto, *Foucault, a filosofia e a literatura*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000; FOUCAULT, Michel, *Ditos e Escritos*, vol. III, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
- <sup>10</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo, *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, Bauru, EDUSC, 2004.
- <sup>11</sup> LISPECTOR, Clarice, *A Cidade Sitiada*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998, p. 91.
- <sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 92.
- <sup>13</sup> NIETZSCHE, Friedrich, *Aurora*, Lisboa, Edições 70, 1988.
- <sup>14</sup> LISPECTOR, Clarice, *A Cidade Sitiada*, p. 18.
- <sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 93.
- <sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 17.
- <sup>17</sup> CASSIRER, Ernest, *A Filosofia do Iluminismo*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.
- <sup>18</sup> REIS, José Carlos, *Tempo, História e Evasão*, Campinas, Papirus, 1994.
- <sup>19</sup> FOUCAULT, Michel, Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*, 4 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 35.
- <sup>20</sup> LISPECTOR, Clarice, *A Cidade Sitiada*, p. 33.
- <sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p. 33.
- <sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p. 54.
- <sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 50.
- <sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 169.
- <sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 171.
- <sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 199.